



Com reforço à saúde, avança a PEC do Orçamento Impositivo



Braga explica, na sessão que aprovou o substitutivo, que serão garantidos R\$ 50 bilhões a mais para a saúde entre 2013 e 2018

Segue para votação em Plenário proposta que torna obrigatória a execução de emendas parlamentares ao Orçamento da União e cria financiamento para a saúde

Substitutivo de Eduardo Braga aprovado ontem na Comissão de Constituição e Justiça incluiu em proposta de emenda à Constituição a destinação à saúde de 50% das emendas de execução obrigatória,

além da vinculação de 15% da receita corrente líquida da União.

Na Comissão de Assuntos Sociais, foi aprovada a obrigatoriedade de a União gastar anualmente em saúde pelo menos 18% da receita corrente líquida. **3**

Universidades comunitárias poderão receber verbas públicas **5**

Câmara homenageia 25 anos da Constituição

Em sessão solene, Renan Calheiros, Dilma Rousseff, Henrique Alves, Joaquim Barbosa e ex-constituintes receberam medalhas, confeccionadas há 25 anos por determinação de Ulysses Guimarães, que presidiu a Assembleia Nacional Constituinte. **2**



À mesa, Renan, Dilma, Alves e Barbosa relembram imagens de Ulysses (D) na sessão pelos 25 anos da Constituição

Definidas regras para prisão com fins de extradição

Greenwald sugere ao Brasil que proteja Snowden

8

Municípios de fronteira no Norte poderão ter incentivos **7**

Contrabando de cigarros e drogas preocupa forças de segurança **6**

Oferta de internet rápida pública gera divergência em debate **4**

Conselho discute o acesso a informações

Integrantes do Conselho de Transparência propõem fim de identificação do usuário e divulgação da agenda dos senadores. **2**



Carlos Mathias (C) preside reunião do Conselho de Transparência ontem

Outubro Rosa

Tem coisas que não dá para esquecer

A luta contra o câncer de mama é uma delas



O diagnóstico precoce é a melhor maneira de combater o câncer de mama. O movimento Outubro Rosa tem o objetivo de lembrar a importância do autoexame e da mamografia como formas de identificação precoce da doença.

Participe dessa luta você também.

SENADO FEDERAL

Marcos Oliveira / Agência Senado



Renan Calheiros, Dilma Rousseff, Henrique Alves, Joaquim Barbosa, Mauro Benevides e Arnaldo Faria de Sá na sessão solene

Presidentes dos Poderes recebem medalha da Câmara

Medalhas foram confeccionadas na Casa da Moeda por determinação do então presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, e ficaram guardadas em cofres da Câmara por 25 anos

O PRESIDENTE DA Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves, entregou ontem aos presidentes do Senado, Renan Calheiros; da República, Dilma Rousseff; e do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, a Medalha Assembleia Nacional Constituinte, cunhada em ouro. O próprio Henrique Alves

recebeu a condecoração das mãos do deputado Mauro Benevides (PMDB-CE), que foi vice-presidente da assembleia. Para os parlamentares constituintes, foram entregues medalhas de prata, enquanto as demais personalidades que acompanharam a elaboração da Constituição receberam peças de bronze.

A entrega aconteceu durante sessão solene da Câmara dos Deputados em comemoração aos 25 anos da Constituição de 1988, promulgada no dia 5 de outubro. A homenagem, requerida pela Presidência daquela Casa, tem como objetivo ressaltar as garantias sociais e políticas trazidas pela Carta Magna.

Site do Senado celebra 25 anos da Carta

Os grandes debates que aconteceram ao longo de quase dois anos de Constituinte, os principais avanços da Carta Magna, a opinião de senadores, as imagens marcantes da época, o que mudou desde

1988. Esses são alguns dos conteúdos do site especial 25 Anos da Constituição Cidadã, lançado pelo Senado no sábado, aniversário da Carta. Desenvolvido pela Secretaria de Comunicação Social, o

site apresenta textos, áudios e vídeos produzidos por **Jornal**, Agência, Rádio e TV Senado, além de arquivos históricos.

Veja o site especial no endereço <http://bit.ly/25anosCF>

Inácio: emendas populares foram grande inovação

Inácio Arruda (PCdoB-CE) lembrou os 25 anos da Constituição citando as emendas populares, que proporcionaram ao povo brasileiro um “direito extraordinário da cidadania”.

O senador lembrou a presença dele nos trabalhos da Constituinte como representante da Confederação Nacional das Associações de Moradores.

Ele disse que, com outros movimentos sociais, colheu mais 100 mil assinaturas e apresentou emendas pedindo a auditoria da dívida externa. A proposta terminaria na criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) que faria as vezes de auditora das contas externas brasileiras.

Segundo Inácio, a presença de emendas populares na Constituição foi “algo inovador”.

Mozarildo destaca garantias da Constituição

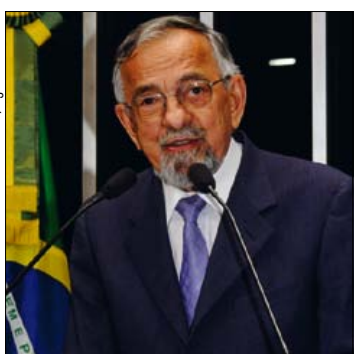
Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) relatou a emoção dele ao ser homenageado pela manhã, na Câmara, como deputado constituinte, passados 25 anos da promulgação da Constituição federal.

Em pronunciamento ontem, o parlamentar afirmou que nenhuma Constituição brasileira assegurou tantas garantias para a cidadania e para os direitos fundamentais da pessoa. O senador comentou que, depois de 21 anos de regime de exceção (1964–1985), “todos queriam ver as garantias de seus direitos colocadas na Constituição”.

O senador lembrou que 5 de outubro também é a data da criação dos estados de Roraima e do Amapá e também do Tocantins, desmembrado de Goiás.

“Marina e PSB sepultarão velha República”

Moneira Moriz/Agência Senado



Capiberibe diz que aliança entre PSB e Marina envolve princípios, não cargos

João Capiberibe (PSB-AP) comemorou o ingresso de Marina Silva no partido. A aliança, segundo ele, “sepultará a velha República” e iniciará uma nova era política no país.

Segundo o senador, trata-se de uma parceria em torno de projetos e princípios, não envolvendo cargos.

Ele criticou a decisão do Tribunal Superior Eleitoral

(TSE) de rejeitar a criação da Rede Sustentabilidade, o partido idealizado por Marina. Segundo o senador, o TSE fez um “julgamento político”.

— Isso ficou muito claro na decisão que homologa dois partidos e retira um terceiro — disse, referindo-se à confirmação dos registros do Partido Republicano da Ordem Social (Pros) e do Solidariedade.

Conselho sugere agenda pública e fim de identificação de usuário

O Conselho de Transparência e Controle Social discutiu ontem propostas para aperfeiçoar as rotinas de acesso público às informações do Senado. As sugestões serão encaminhadas à Mesa. Segundo Carlos Mathias, presidente do conselho, a participação popular tem correspondido às expectativas, com busca expressiva por informações, acompanhamento de reuniões e sugestão de projetos via Portal da Transparência e Alô Senado (0800 612211).

Diretor da Transparência Brasil, Claudio Abramo defendeu a divulgação das agendas dos parlamentares.

— Os senadores não exercem o mandato pessoalmente, mas representam os eleitores. Todos os atos são derivados da delegação do eleitor. Assim, não pode omitir nenhuma informação — argumentou.

Abramo criticou a exigência de identificação para acessar algumas informações, como a remuneração de servidor. Para ele, soa como ameaça. Caio Magri, do Instituto Ethos, concorda:

— Hoje há um formulário que não é necessário. Qualquer cidadão pode solicitar informação sem necessidade de se identificar — afirmou.



Pedro Franco/Agência Senado

Uma maior integração entre a administração do Senado e os servidores foi o tema central de encontro ontem entre o diretor-geral da Casa, Helder Rebouças (D), o presidente do Sindilegis, Nilton Paixão (E), e representantes da Consultoria e da Comunicação Social, entre outros.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- PLENÁRIO Novos municípios**
14h Na pauta, substitutivo a projeto que regulamenta criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios.
- PRESIDÊNCIA Visita de ministro**
11h Renan participa de reunião da Mesa; às 12h, recebe o apóstolo César Augusto e o bispo Paulo Sérgio; às 15h30, o ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo; às 16h, preside a ordem do dia.
- CDH Jovens negros**
8h Em debate, extermínio de jovens negros.
- CRA Agrotóxico natural**
8h30 Votação, em turno suplementar, de substitutivo sobre a Política Nacional de Apoio ao Agrotóxico Natural.

- SUBCOMISSÃO DA SECA Audiências**
9h30 A Subcomissão sobre Obras de Preparação para a Seca analisa pedido de audiências sobre seca no Nordeste.
- CRE Embaixadas**
10h Sabatina de indicados para as embaixadas no Chipre, Venezuela, Arábia Saudita, Iêmen e Sérvia e Montenegro.
- GESTÃO PATRIMONIAL Lançamento**
11h Lançamento do Sistema de Gestão Patrimonial e de Almoarifado do Senado, no Espaço Ivandro Cunha Lima.
- CONSTITUIÇÃO Greve de servidores**
14h A comissão de consolidação de leis e de dispositivos constitucionais analisa direito de greve dos servidores públicos.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 8h30, audiência pública da **Comissão de Agricultura e Reforma Agrária**; e, às 10h, reunião da **Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional**. E, às 14h, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio.

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Relações Exteriores**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Segue para Plenário a PEC do Orçamento Impositivo

Texto aprovado ontem na Comissão de Constituição e Justiça torna obrigatória a execução de emendas parlamentares ao Orçamento da União e cria uma fonte de financiamento estável para a saúde pública

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem substitutivo de Eduardo Braga (PMDB-AM), líder do governo no Senado, à proposta de emenda à Constituição (PEC 22A/2000) que torna obrigatória a execução de emendas parlamentares ao Orçamento da União. O texto, que também cria uma fonte de financiamento estável para a saúde pública, segue para o Plenário.

— Ao estabelecermos a vinculação para saúde, a PEC passou a ser algo em atendimento a um clamor das ruas — afirmou Braga.

Das 27 emendas, o relator acatou duas: uma do

presidente da CCJ, Vital do Rêgo (PMDB-PB), e outra de Blairo Maggi (PR-MT), e aproveitou sugestões de Humberto Costa (PT-PE), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e José Agripino (DEM-RN). As principais mudanças ao texto aprovado na Câmara são a destinação de 50% das emendas de execução obrigatória para ações e serviços de saúde e a vinculação de 15% da receita corrente líquida (RCL) para o setor.

— Assim, ficam assegurados R\$ 50 bilhões a mais para a saúde entre 2013 e 2018 — afirmou Braga.

Pedro Taques (PDT-MT) e Cícero Lucena (PSDB-PB)

fizeram voto em separado.

— O Parlamento, se aprovar esta PEC, estará abdicando de sua prerrogativa de deliberar sobre o Orçamento, em troca da alegada “garantia” do desembolso de uma parcela irrisória do dinheiro público — afirmou Taques.

Cícero defendeu o PLS 162/2012 — Complementar, de autoria dele, que prevê a aplicação progressiva de 18% da RCL da União na saúde (veja ao lado). Lúcia Vânia (PSDB-GO) apoiou a proposta. O projeto de Cícero foi aproveitado parcialmente em substitutivo aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).



Na CAS, os senadores Cícero Lucena, Wellington Dias e Eduardo Amorim

Comissão aprova vinculação de 18% das receitas da União à saúde

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem uma proposta que obriga a União a gastar anualmente pelo menos 18% da receita corrente líquida em saúde. O texto é um substitutivo de Eduardo Amorim (PSC-SE) ao projeto PLC 89/2007, que tramita em conjunto com três projetos do Senado.

A norma vigente hoje estabelece como piso da União o valor empenhado no exercício anterior, acrescido, no mínimo, do percentual correspondente à variação nominal do produto interno bruto (PIB) do mesmo período.

Sendo a proposta aprovada em definitivo, será substituída a atual forma de cálculo dos recursos, baseada num mecanismo

de revisão anual, por um percentual fixo mínimo de receitas a ser aplicado em cada ano.

A proposta agora vai para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Escalonamento

Os três projetos de lei do Senado que tramitam em conjunto foram rejeitados. No entanto, o substitutivo aprovado incluiu pontos dessas propostas. O texto acolhe, por exemplo, a sugestão do limite mínimo de 18% da receita corrente líquida oferecida pelo PLS 162/2012 — Complementar, de Cícero Lucena (PSDB-PB).

O relatório também aproveitou o escalonamento

temporal proposto por meio de uma emenda de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), para que o percentual de 18% das receitas líquidas seja atingido ao fim de quatro anos.

Pela escala, no primeiro ano seriam vinculados ao setor 15% da receita corrente líquida, com aumento de um ponto percentual por ano até chegar aos 18%.

Humberto Costa (PT-PE), que já foi ministro da Saúde, disse que uma decisão mais efetiva em torno do financiamento da saúde pública iria sair da CCJ, onde

no mesmo dia foi examinada uma proposta de emenda constitucional que trata do orçamento impositivo (PEC 22-A/2000), texto que foi aprovado logo em seguida.

Uma emenda a essa PEC trata dos recursos mínimos para a saúde.

Na opinião do senador, uma PEC, do ponto de vista normativo, sobrepõe-se a um projeto de lei.

Humberto ressaltou ainda que a solução é o reflexo de uma ampla mobilização social e parlamentar em favor da ampliação dos recursos para a saúde. Ele afirmou que a negociação com o governo deve resultar imediatamente em mais R\$ 14 bilhões para a área. Segundo o senador, isso demonstra que a articulação social não foi em vão e que o governo da presidente Dilma Rousseff tem sensibilidade e sabe que a saúde precisa de mais recursos.

Percentual para a União chegou a ser discutido na regulamentação da Emenda 29



Relator na comissão, Eduardo Braga (D) fala com Humberto Costa na sessão que aprovou o substitutivo à proposta

Entre as críticas, a possibilidade de desvios

Com duras críticas ao orçamento impositivo, Aloysio Nunes (PSDB-SP) disse considerar mais adequado vincular receitas federais à saúde por meio de lei complementar, em vez de emenda constitucional.

Apesar de concordar com o risco — apontado por Aloysio — de a execução obrigatória de emendas parlamentares dar margem a desvios de recursos, Humberto Costa defendeu a aprovação da PEC. A proposta também foi apoiada por Wellington Dias (PT-PI), José Pimentel (PT-CE) e Antonio Carlos Valadares, que ressal-

taram o fato de o texto criar uma fonte de financiamento federal para a saúde próxima das demandas da sociedade e que é fruto de negociação com o Poder Executivo.

Sérgio Souza (PMDB-PR) disse não concordar com as emendas parlamentares ao Orçamento. Considerou, no entanto, que a execução obrigatória delas pode reduzir “as barganhas” políticas para a liberação dos recursos.

Enquanto Ricardo Ferraço (PMDB-ES) adiantou ter dúvidas sobre a constitucionalidade da proposta, José

Agripino se colocou favorável a um entendimento que leve à execução das emendas.

Pedro Simon (PMDB-RS) criticou o dispositivo que considera as emendas parlamentares destinadas à saúde pública no cálculo dos 15% da RCL da União que devem ser destinados ao setor.

— Isso é realmente um absurdo. Se os deputados aceitaram dedicar um percentual à saúde, isso deve ser um plus, algo a mais. Agora, o governo retirar essa verba deles é uma coisa que não tem lógica — afirmou.

Humberto defende inclusão de mais recursos para a saúde na proposta

Em discurso, Humberto Costa (PT-PE) comemorou a inclusão, na PEC do Orçamento Impositivo, de dispositivos que garantem mais verbas para a saúde. Apesar de ser contra o orçamento impositivo, ele disse considerar avanços a destinação de 50% das emendas de execução obrigatória a serviços públicos de saúde e a vinculação de 15% da RCL da União para o setor.

— Com a colocação de 15% como mínimo para a saúde, nossa luta sai do processo legislativo para o debate

na elaboração do Orçamento. Vamos brigar por mais de 15% — afirmou.

O senador destacou também a aprovação, pela Câmara, da medida provisória que cria o Programa Mais Médicos (MP 621/2013). O texto foi aprovado na madrugada de ontem com previsão de que o registro profissional dos médicos estrangeiros será feito pelo Ministério da Saúde, evitando demora na emissão dos registros pelos conselhos regionais de Medicina. A Câmara ainda terá de votar 13 destaques.

Cícero pede apoio a texto que define financiamento federal do setor

Cícero Lucena (PSDB-PB) comemorou a aprovação pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), ontem de manhã, da proposta que obriga a União a aplicar pelo menos 18% da receita corrente líquida (RCL) em ações e serviços de saúde (PLS 162/2012 — Complementar).

O senador salientou a prolongada luta pela vinculação de uma parte da receita da União ao setor, o que, na avaliação dele, restaurará, pelo menos em parte, a participação federal no

Sistema Único de Saúde (SUS).

— Não é justo que o ônus de sustentar o SUS recaia principalmente sobre os ombros dos estados e municípios, já com as finanças em situação notoriamente precária — opinou.

Cícero convocou os senadores a deixar de lado divergências partidárias e aprovar o projeto, que considera atender à voz do povo nas ruas. Ele também pediu empenho no combate ao subfinanciamento da saúde e à má gestão do setor.

Em audiência, especialistas divergem sobre a possibilidade de a internet rápida — sujeita a críticas de má qualidade no Brasil — ser oferecida também pelo poder público

Mudança para expandir banda larga gera debate

A FALTA DE investimentos em telecomunicações, especialmente na melhoria da internet banda larga, acendeu o debate sobre mudanças na Lei Geral de Telecomunicações — LGT (Lei 9.472/1997), ontem, na Comissão de Infraestrutura (CI). Os participantes da audiência, requerida pelo presidente da CI, Fernando Collor (PTB-AL), divergiram sobre a ideia de a banda larga não ficar restrita ao regime privado.

Para a advogada da Proteste — Associação de Consumidores Flávia Lefèvre Guimarães, o serviço deve ser incluído no regime público. Assim, poderia receber recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), que somam mais de R\$ 1 bilhão.

Desde a privatização da telefonia móvel, em 1998, apenas a telefonia fixa está no regime público. Mas a demanda por essa modalidade vem diminuindo progressivamente, enquanto a de telefonia móvel não para de crescer.

De acordo com a advogada, a LGT determina que a exploração de serviços essenciais coletivos, sujeitos a deveres de universalização, não deve

ficar restrita ao regime privado.

Por sua vez, o consultor legislativo do Senado Igor Vilas Boas de Freitas acredita que o serviço não precisa ser incluído no regime público. Ele disse que o país vive um “dilema de bilhões”, que é a universalização do acesso à banda larga ou a oferta com qualidade desse serviço aos centros mais produtivos.

— Não dá para fazer as duas coisas simultaneamente. Pelo nível de investimento que se vem observando nos últimos anos e pela necessidade de investimento que esses dois desafios precisam — afirmou.

De volta à União

Para Freitas, uma solução seria negociar a reversibilidade de bens, ao final dos contratos de concessão do serviço de telefonia fixa, em 2025. O consultor explicou que, com o fim dos contratos, a infraestrutura para o serviço deveria ser revertida para a União.

Ele sugeriu, conforme propostas que já tramitam no Senado, que o Congresso altere a legislação para permitir a negociação da reversibilidade dos bens pelo investimento em

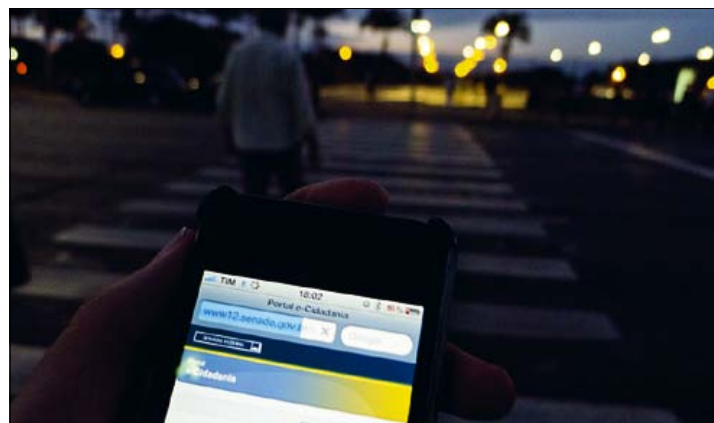
melhoria e universalização dos serviços de banda larga.

Na opinião do presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), João Batista de Rezende, para que os recursos do Fust sejam destinados à universalização da banda larga, é preciso que o Congresso altere a lei.

Walter Pinheiro (PT-BA) não considera necessária uma mudança radical na LGT. Na avaliação do senador, bastaria o governo decretar que o serviço de banda larga é essencial para que o Fust possa ser usado para a universalização.

— Se banda larga é essencial, a Lei Geral de Telecomunicações cobre exatamente a aplicação de recursos para isso — afirmou.

Rezende disse que, nos últimos 15 anos, houve uma transformação radical no processo de prestação de serviço. O que antes era baseado na telefonia fixa hoje está voltado à telefonia móvel, à banda larga e à TV por assinatura. E o desafio da Anatel, segundo ele, é pensar como regular a convergência dos serviços para a internet. Para Rezende, isso representa uma mudança de paradigma.



Paulo Cinquenti/Agência Senado

Internauta acessa o Portal e-Cidadania do Senado Federal pelo celular

Na era do 4G, rede no Brasil cresce a passos lentos

O presidente da Anatel disse que a banda larga móvel atende 2.930 municípios, cerca de 60% da população. A tecnologia de segunda geração (2G) e terceira geração (3G) atinge 70 milhões de usuários. Para Rezende, a vantagem da convergência é a democratização da informação e o desenvolvimento.

— Estudo da ONU indica que a cada 10% de investimento em internet, o PIB cresce 1% — afirmou.

Para Flávia Guimarães, faltam investimentos em telecomunicações e o Brasil cresce a passos muito lentos.

— O país chegou ao 4G, mas 70% dos acessos são ainda em 2G, porque o 3G não funciona. O ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, reconheceu a falta de infraestrutura — disse.

Rezende disse que o Ministério das Comunicações está buscando incentivos para a criação de redes de fibra óptica de alta capacidade, a ultra banda larga.

Igor de Freitas chamou a atenção para o fato de que, em contraste com o Brasil, os países mais desenvolvidos estão em fase avançada de substituição das redes de acesso de cobre por fibra óptica.

Ligação de fixo para celular vai ficar mais barata

Respondendo a um cidadão que participou pelo Alô Senado (0800 612211), o presidente da Anatel disse que, em comparação a outros países, a telefonia móvel e a internet no Brasil estão num nível intermediário. Ele informou que a agência trabalha na fixação das tarifas que compõem o serviço público no modelo de custos. A de interconexão (ligação de um número fixo para um celular ou para operadora diferente), por exemplo, será diminuída.

Para Flávia Guimarães, a Anatel deveria ter atualizado as tarifas pelo modelo de custos desde 2006. A advogada explica que os preços e tarifas estão baseados na estrutura tarifária de 1998.

— E com base na informação que as empresas dão, porque quem detém mais essa informação são as empresas e o objetivo delas não é universalizar, é lucro — afirmou.

Rezende disse que, para a melhoria da qualidade no atendimento, a agência está elaborando um regulamento que, entre outras ações, cria um conselho de usuários para todos os serviços e prevê o cancelamento automático de contratos.



Presidente da Anatel, João Rezende (2º à esq.) apresenta dados sobre telefonia a Freitas, Collor e Flávia Guimarães

Audiência vai discutir exploração de petróleo

A Comissão de Infraestrutura (CI) aprovou ontem dois requerimentos. O primeiro solicita a realização de uma audiência pública para debater como a Agência Nacional do Petróleo (ANP) está apurando e gerenciando as informações que vão ordenar as explorações petrolíferas no país.

O segundo requerimento é para ouvir, em audiência pública, a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, sobre os processos de contratação e concessão de obras rodoviárias, ferroviárias, portuárias e aeroportuárias.

Os demais projetos de lei que estavam na pauta da CI não foram votados. O senador Wilder Moraes (DEM-GO) pediu vista do PLS 12/2012, que determina que as empresas de táxi que operam com 20 ou mais veículos tenham ao menos 5% da frota adaptada para pessoas com deficiência. Já o PLS 167/2013, que reduz as alíquotas de tributos incidentes em painéis de energia solar e similares, foi retirado de pauta pelo relator, senador Blairo Maggi (PR-MT).

Casildo lista gargalos do crescimento do país

Problemas de logística, burocracia e altos impostos emperram a expansão de vários setores da economia, afirmou Casildo Maldaner (PSDB-SC). O chamado custo Brasil, segundo ele, compromete a competitividade, o crescimento e a geração de empregos.

O senador citou como exemplo as dificuldades das grandes redes de lojas têxteis e da agroindústria do oeste de Santa Catarina.

— A carência de rodovias, ferrovias, aeroportos e ligações intermodais que façam conexão com nossos portos encarece brutalmente os custos de produção.

Casildo mencionou o transporte do milho da Região Centro-Oeste por via rodoviária, que eleva os custos. Também citou obstáculos no trajeto dos grãos até os portos, prejudicando a exportação.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Carência de infraestrutura aumenta custos, diz Casildo

Gurgacz comemora início de obras em rodovia

Acir Gurgacz (PDT-RO) comemorou ontem a assinatura da ordem de serviço para o início das obras de restauração da BR-425, no Vale do Mamoré, em Rondônia.

— A assinatura representa o fim da angústia para a população da região e um novo tempo de esperança e desenvolvimento para as famílias que moram tanto em Guajará-Mirim quanto em Nova Mamoré.

A restauração, disse o senador, possibilita a execução de projetos importantes para o estado e para a integração do Brasil aos países da América Latina. Entre eles, Gurgacz citou o terminal portuário no Rio Mamoré, a ponte entre o Brasil e a Bolívia e projetos de desenvolvimento local para estimular a Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Gurgacz vê um novo tempo de esperança em Rondônia

Proposta autoriza repasse de verbas públicas para prestação de serviços gratuitos e vai a sanção se não houver recurso ao Plenário

Universidades comunitárias poderão receber recursos públicos

O PROJETO DE Lei da Câmara (PLC) 1/2013, que estabelece normas para o funcionamento das instituições comunitárias de ensino superior (Ices), conhecidas como universidades comunitárias, foi aprovado ontem por unanimidade pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

De autoria da deputada licenciada e ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário, a proposição autoriza essas entidades a receberem diretamente recursos públicos para as atividades. As verbas repassadas deverão ser aplicadas na prestação de serviços gratuitos à população. Esse tipo de transferência ainda não está regulamentado por lei.

No parecer favorável, o relator na CCJ, senador Luiz Henrique (PMDB-SC), diz que o projeto vem preencher uma



Francisco Dornelles fala com Luiz Henrique, relator do projeto que regulamenta repasses a universidades comunitárias

lacuna normativa de modo "pertinente e meritório".

As instituições deverão ofertar serviços gratuitos à população proporcionais aos recursos obtidos do poder público e organizar programas permanentes de extensão e ação comunitária voltados à formação e ao desenvolvimento dos alunos e da sociedade.

O relator lembrou que, para suprir a necessidade de expansão e interiorização do ensino superior, foi criada — em meados dos anos 1970 — a Associação Catarinense das Fundações Educacionais (Acafe). Segundo explicou, esse sistema é integrado por 16 instituições de educação superior, que contam com mais de 150

mil alunos e estão presentes em 52 municípios do estado. Só no último ano, as ações de assistência à comunidade local atenderam mais de 1,5 milhão de pessoas.

Luiz Henrique destacou no relatório que tais instituições estão proibidas de financiar campanhas político-partidárias ou eleitorais.

Senadores criticam mercantilização de faculdades

Em debate realizado ontem na Comissão de Educação (CE), Cyro Miranda (PSDB-GO), Cristovam Buarque (PDT-DF), Lindbergh Farias (PT-RJ), Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Ana Rita (PT-ES) se disseram preocupados com a "financeirização" da educação superior. Eles se referiram ao crescente controle de universidades particulares por grandes grupos econômicos.

— Estamos transformando as universidades particulares em fontes de capital para gerar lucro, não em entidades que mobilizem cérebros para gerar conhecimento. Pode ter

lucro, mas o motivo principal não pode ser esse — disse Cristovam.

Segundo ele, as fusões e aquisições mostram que a busca de lucro não tem sido pelo produto da universidade, mas pela especulação do capital das instituições.

A audiência discutiu problemas enfrentados pela Universidade Gama Filho e pelo Centro Universitário da Cidade (UniverCidade), no Rio, mantidos pela Galileo Educacional.

Para Cyro, que é presidente da CE, a crise nessas instituições é apenas a "ponta do iceberg". Ele crê que a transformação

da educação em mercadoria compromete a qualidade da maioria das particulares.

Segundo Lindbergh, o problema é agravado pela falta de regulação por parte do governo.

Marta Wendel Abramo, da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (MEC), reconheceu que o marco legal em vigor não faz frente aos problemas gerados pelas fusões e aquisições.

Segundo Letícia Portugal e Julliene Salviano, representantes dos estudantes da UniverCidade e da Gama Filho, respectivamente, os problemas das instituições se acentuaram

quando o grupo Galileo Educacional assumiu o controle das duas instituições, em 2011. Mesmo com aumentos de mensalidades e captação de recursos, as dívidas cresceram e os salários de professores e funcionários passaram a ser pagos com meses de atraso. Houve demissões. A crise afeta 15 mil estudantes.

Para Carlos Alberto Peregrino da Silva, da Sociedade Universitária Gama Filho, a responsabilidade é da mantenedora, que não teria aplicado na recuperação das universidades os recursos captados para esse fim. Alex Porto, presidente do grupo Galileo Educacional, afirmou que busca meios para reduzir o passivo assumido em 2011 e que estaria finalizando nova captação de investimentos.

Lindbergh e Inácio cobraram a intervenção do MEC na gestão do grupo Galileo. O ministério trabalha num termo de saneamento de deficiências, assumido pelo grupo Galileo, segundo Marta Abramo. Com essa estratégia, o MEC espera obter tanto ações emergenciais como medidas estruturantes de médio e longo prazo.



Presidente da comissão, Cyro Miranda ouve representante dos estudantes da Universidade Gama Filho, Julliene Salviano

Lei garante direito de herança a família de taxistas

Foi sancionada ontem a lei que garante aos herdeiros dos taxistas o direito de explorar o serviço. O presidente do Senado, Renan Calheiros, participou da sanção, que ocorreu no Sindicato dos Permissonários de Táxi e Motoristas

Auxiliares do Distrito Federal. — É uma questão de justiça social. O taxista trabalha a vida inteira e, se por um acidente ou por problema de saúde vem a faltar, esse patrimônio tem que ficar com a família — afirmou. A transferência foi vetada

duas vezes pela presidente Dilma Rousseff, sob alegação de que cabe aos municípios legislar sobre o assunto.

— Foi uma luta muito grande, mas, após negociação com o Congresso, a presidente Dilma Rousseff fez questão de ir

ao sindicato sancionar essa lei — disse Renan, acrescentando que isso resolve o problema definitivamente porque, embora o taxista tenha um valor econômico na sua permissão, estava impedido de transferi-la para os herdeiros.

Wellington Dias comemora sucesso do Bolsa Família

Enaltecendo os resultados dos dez anos do Programa Bolsa Família, Wellington Dias (PT-PI) destacou em Plenário na terça-feira o número expressivo de beneficiários que deixaram voluntariamente o programa. Conforme avaliou, mais de 2 milhões de pessoas abriram mão do benefício porque passaram a ter uma renda que lhes permite não mais precisar do Bolsa Família. Wellington disse ter dúvidas sobre se os idealizadores do Bolsa Família previram tal consequência positiva.



Wellington Dias/Agência Senado

Inácio Arruda lembra centenário do escritor Rui Facó

O senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) lembrou na terça-feira, em Plenário, os cem anos do nascimento do jornalista Rui Facó. Escritor, defensor de causas sociais e militante do antigo PCB, Facó morreu em 1963, aos 50 anos, em um acidente de avião. Para o senador, o jornalista contribuiu para o avanço das conquistas democráticas e sociais no Brasil.

Da obra de Facó, o senador destacou *Cangaceiros e Fanáticos*, que relata a vida no cangaço e o fenômeno religioso do Nordeste.



Inácio Arruda/Agência Senado

Senado aprova voto de pesar pela morte de Norma Bengell

O Senado aprovou ontem voto de pesar pela morte da atriz, cantora e diretora Norma Bengell. A atriz, de 78 anos, morreu ontem de madrugada. Ela enfrentava problemas respiratórios decorrentes de um câncer no pulmão direito.

Autor do requerimento de voto de pesar, Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou, em Plenário, momentos da vida de Norma Bengell, como os 64 filmes dos quais ela participou e o fato de ter sido a protagonista da primeira cena de nu frontal no cinema brasileiro, no filme *Os Cafajestes*, de 1962. A cena teria influenciado a militância feminista dela.



Valadares (C) preside debate com Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Receita Federal e outras corporações

Fiscais das fronteiras pedem leis mais rígidas

Contrabando de cigarros e de drogas exige punições duras, investimentos e trabalho conjunto das forças de segurança, segundo participantes de audiência pública feita ontem pelo Senado

MAIS RENTÁVEL QUE tráfico de drogas, o contrabando de cigarros é hoje um dos grandes problemas nas fronteiras brasileiras. Esta é a avaliação de Moisés Dionísio, chefe da Divisão de Combate ao Crime da Polícia Rodoviária Federal (PRF), durante audiência pública das Comissões de Relações Exteriores (CRE) e de Desenvolvimento Regional (CDR). O debate, proposto por Ruben Figueiró (PSDB-MS), foi presidido por Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

— Pedimos que esta Casa altere a legislação sobre cigarro, para aumentar a pena. Todos consideram como crime de menor potencial, mas é muito danoso — disse Dionísio.

O tráfico de drogas também é intenso. O Brasil hoje é o segundo maior consumidor mundial de drogas, depois dos Estados Unidos, informou o delegado

da PF Roberto Ribeiro. Ele disse que o Brasil foi apontado pela ONU como principal rota de escoamento de drogas, pois é rodeado pelos três maiores produtores mundiais de cocaína (Peru, Bolívia e Colômbia) e pelo segundo maior produtor de maconha (Paraguai).

A fronteira seca brasileira tem quase 17 mil quilômetros, lembrou o coordenador de Fiscalização e Repressão Aduaneira da Receita Federal, Peter Tofte. Ele disse que a maior fronteira dos Estados Unidos, com o México, tem 3 mil quilômetros com intensa vigilância e tecnologia, mas os EUA são o maior consumidor de drogas do mundo.

O representante da Secretaria de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul, André Gonçalves, disse que a Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras

possibilita o trabalho integrado das polícias civil e militar, corpo de bombeiros e outros órgãos. O tenente-brigadeiro do ar Ricardo Machado Vieira citou as Operações Ágata, que levaram a apreensões de drogas e armas entre 2011 e 2013.

Os palestrantes solicitaram o aprimoramento da legislação em benefício das categorias profissionais deles. A PF pediu a aprovação do PLS 118/2008, para que delegados possam requerer a prisão temporária de estrangeiros procurados da Interpol. Roberto Ribeiro agradeceu pela aprovação do projeto que originou a Lei 12.683/2012, sobre lavagem de dinheiro, originária de projeto de Valadares. Tofte pediu a aprovação do porte de armas fora de serviço para alguns servidores, pois 87% dos atentados a pessoas da Receita ocorrem fora de serviço.

Comissão sobre segurança fará audiências

Pedro Taques (PDT-MT) apresentou ontem o plano de trabalho da comissão especial que debaterá propostas relacionadas à segurança pública. O senador sugeriu a divisão dos trabalhos em cinco grupos: atenção ao cidadão e à vítima; financiamento da segurança pública; estrutura da polícia; defesa civil; e regulamentação de atividades potencialmente nocivas à segurança dos cidadãos.

— Não basta focar na repressão e no aumento de

penas. Faz-se necessária uma política pública de segurança consistente que envolva um projeto sofisticado e profundo



Pedro Taques propôs a divisão dos trabalhos em cinco eixos temáticos

de integração institucional e intersetorial, de gestão e de formação de uma cultura da paz e prevenção do crime — disse Taques.

A comissão decidiu que realizará uma audiência pública para cada eixo temático.

Instalada na semana passada e presidida por Vital do Rêgo (PMDB-PB), a comissão terá 90 dias para analisar 44 propostas sobre o assunto que tramitam na Casa, ouvir especialistas e a sociedade e propor novos projetos de lei.

Simon apoia protestos, mas lamenta violência de “mascarados”

Pedro Simon (PMDB-RS) manifestou ontem preocupação com o agravamento dos atos de violência em manifestações de rua e apoiou medidas para conter o que classificou de “verdadeira guerra”.

— Este é o tipo de assunto em que governo e oposição têm que estar juntos, no mesmo sentido, que é estabelecer a ordem e o respeito do povo.

O senador ressaltou a importância das manifestações, mas lamentou que, no meio dos jovens, apareçam



Para o senador, quebra-quebra não faz parte da ordem democrática

“pessoas mascaradas, depredando tudo”. Para ele, os protestos dos black blocs têm ocorrido em inúmeros países, mas o quebra-quebra não faz parte da ordem democrática.

— Uma situação de incerteza coletiva pode gerar soluções antidemocráticas, limitadoras das liberdades.

Pelo Dia das Crianças, Paulo Paim cobra fim do trabalho infantil

Paulo Paim (PT-RS) pediu ontem união, solidariedade e atitude de toda a população para garantir o fim do trabalho infantil. O senador citou dados do IBGE que revelaram que, em 2010, 3,4 milhões de crianças e adolescentes entre 10 e 17 anos trabalhavam.

Apesar da redução de 13,4% em relação a 2000, Paim disse que é preciso avançar muito para cumprir o compromisso de eliminar toda forma de trabalho infantil até 2020.

— É um daqueles temas centrais, que pairam muito acima das rivalidades entre



Senador destaca escola em tempo integral como parte da solução

candidatos, partidos ou disputas pessoais — disse.

Paim destacou a escola de tempo integral como forma de coibir o problema.

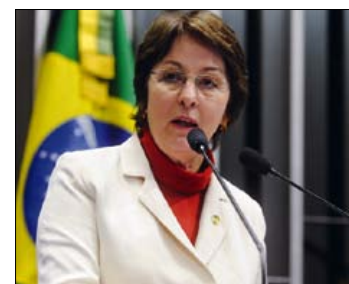
— O objetivo exige a adoção de políticas públicas eficazes em prol da infância. Precisamos mesclar iniciativas preventivas e repressivas ao trabalho infantil.

Ana Rita vê falha em pesquisa sobre violência doméstica

Ana Rita (PT-ES) contestou a conclusão de estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) sobre mortes violentas de mulheres.

Segundo a senadora, o aumento do número de mortes entre 2001 e 2011, de 44.231 para 54.107, foi influenciado pela contagem inadequada de óbitos causados por acidentes e suicídios — não se enquadrando, portanto, em casos de violência doméstica.

Em contraposição à constatação do Ipea de que a Lei Maria da Penha não contribuiu



Ana Rita diz que Lei Maria da Penha deve ser aliada a outras ações

para a redução do número de feminicídios, Ana Rita afirmou que a lei penal não é instrumento adequado para a prevenção de crimes.

— A Lei Maria da Penha é um instrumento importantíssimo para a remoção dessa violência e deve ser aliada a outras ações.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portella

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Senado aprova criação de incentivo a municípios do Norte na divisa do país

Iniciativa visa dotar as cidades de infraestrutura capaz de estimular a produção agrícola familiar e conter o êxodo rural

O PLENÁRIO DO Senado aprovou na tarde de ontem, por votação simbólica, o Projeto de Lei do Senado (PLS) 15/2011, que prevê a criação do Programa Fronteira Agrícola Norte. A matéria agora segue para análise da Câmara dos Deputados.

De autoria de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), o projeto trata de incentivos para municípios de Amapá, Pará, Roraima, Amazonas, Rondônia e Acre, cujas sedes estejam localizadas na faixa de até 450 quilômetros de largura ao longo da fronteira do Brasil com Guiana Francesa, Suriname, República da Guiana,



Mozarildo foi o autor da proposta, relatada por Valdir Raupp, de incentivo a municípios fronteiriços da Região Norte

Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia.

Mozarildo acredita que o programa pode colaborar com a eliminação das desigualdades

regionais. Para Valdir Raupp (PMDB-RO), relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), “o Norte do Brasil é muitas vezes esquecido pelas

políticas públicas de desenvolvimento”. O estabelecimento do programa constituiria, na opinião do relator, uma “medida de grande alcance”.



Valdir Raupp, relator da matéria, falando em uma sessão do Senado

Brasil adere a acordo de proteção a animais silvestres migratórios

O Senado aprovou ontem projeto que trata da adesão do Brasil à Convenção sobre a Conservação das Espécies Migratórias de Animais Silvestres (PDS 121/2013). O instrumento entrou em vigor em 1983 e tem hoje 116 países signatários. Com a aprovação pelo Senado, o texto segue para a promulgação.

O objetivo da convenção é conservar em escala global a vida selvagem e os locais em que esses animais vivem, bem como proteger as espécies migratórias.

Pelo acordo, os países deverão dar proteção imediata às espécies migratórias em extinção, além de promover pesquisas sobre elas.

Avança projeto com regras para demarcação de terras indígenas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem novas regras para a demarcação de terras indígenas. O projeto com as mudanças (PLS 417/2011), de Paulo Bauer (PSDB-SC), agora vai para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

A proposta exige a elaboração de estudos antropológicos, etno-históricos, sociológicos, jurídicos, cartográficos e ambientais e um levantamento fundiário que atestem a efetiva condição indígena da comunidade interessada e o caráter tradicional da ocupação.

O PLS 417/2011 foi aprovado na CCJ no momento em que índios em todo o Brasil

protestam contra a proposta de emenda à Constituição que transfere do governo federal para o Congresso o poder de demarcação dos territórios indígenas (PEC 215/2000).

Segundo Bauer, a iniciativa tem o propósito de evitar que os direitos dos nativos sejam usurpados por não índios ou por pessoas que, embora tenham ascendência, tenham se distanciado dos modos de vida indígena.

Segundo o relator, Acir Gurgacz (PDT-RO), um decreto e uma portaria do Ministério da Justiça, ambos de 1996, já regulamentam os processos demarcatórios. O mérito do projeto, de acordo com o senador, é conferir maior estabele-

lidade a esses atos infralegais.

Ele apresentou uma emenda para fixar a data da promulgação da Constituição, 5 de outubro de 1988, como referência para as demarcações de terras indígenas.

— É certo que a Constituição utiliza o tempo presente

ao referir-se às terras que os indígenas tradicionalmente ocupam. Contudo, há terras que já foram ocupadas, mas deixaram de ser. Da mesma forma, há terras que não eram ocupadas, mas passaram a ser, por ampliação de terras já existentes ou por fixação

geográfica mais recente de agrupamentos indígenas — argumenta.

Ministério Público

Também ontem, a CCJ aprovou o PLC 53/2013, da Procuradoria-Geral da República, que cria 32 cargos e 36 funções no Ministério Público do Trabalho.

Para o relator, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), a proposta é adequada, uma vez que o volume de processos na Justiça do Trabalho aumentou, especialmente após a aprovação da reforma do Poder Judiciário, que exigiu a celeridade processual (EC 45/2004).

O PLC 53/2013 agora vai para o Plenário, com urgência.



Índios protestam em Brasília: polêmica em torno da demarcação de terras

Benedito relata problemas de produtores de arroz

O senador Benedito de Lira (PP-AL) relatou, em pronunciamento ontem, os problemas dos rizicultores de Porto Real do Colégio (AL).

De acordo com o parlamentar, a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) fez um projeto de irrigação para o baixo São Francisco, criando os perímetros de irrigação de Tiúba e Carnaíba. A ideia era atender mais de 4 mil hectares para o cultivo de arroz. Benedito de Lira afirmou que o governo abriu o canal de irrigação, mas, “apesar do cuidado e da preocupação da Codevasf, as coisas não têm acontecido como deveriam”.

Benedito disse que centenas de agricultores reivindicam assistência para produção. Falta secador para o arroz, balança para pesar a produção e um preço mínimo para o produto.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Segundo João Vicente, economia do Piauí sente efeitos da seca

João Vicente Claudino (PTB-PI) lamentou o “efeito devastador” da estiagem, das agressões ambientais e das mudanças no clima sobre a Lagoa de Parnaíba, no sul do Piauí, que perdeu 90% da área. Ele apontou a importância da lagoa, a maior do estado, com 2 mil hectares, para o turismo, a economia e o abastecimento de água da cidade de Parnaíba.

— Um fato como esse fere a alma do povo piauiense. O extremo sul do Piauí clama por soluções duradouras contra as secas anunciadas.

Segundo João Vicente, a seca prolongada sobre o Piauí tem reduzido a produtividade de setores como apicultura, pecuária e produção de caju, chegando a comprometer o andamento de obras do Programa Minha Casa, Minha Vida.



Moreira Mariz/Agência Senado

Sérgio Souza destaca ações do governo federal no Paraná

Em pronunciamento na terça-feira, Sérgio Souza (PMDB-PR) informou que a presidente da República, Dilma Rousseff, assinou em Campo Mourão (PR) a primeira autorização de empréstimo do Plano Safra 2013–2014. De acordo com o senador, a presidente liberou R\$ 102 milhões para a construção de armazéns pela Coamo Agroindustrial Cooperativa, de um total de R\$ 25 bilhões que serão liberados para todo o país nos próximos cinco anos. A Coamo é a maior cooperativa agropecuária da América Latina, com um faturamento anual de R\$ 8 bilhões.

Na solenidade, realizada na sexta-feira, a presidente entregou máquinas niveladoras a 103 prefeitos, no programa que dará tratores novos a todos os municípios brasileiros com menos de 50 mil habitantes.



Moreira Mariz/Agência Senado

Raupp defende incentivo a troca de carros por bicicletas

Valdir Raupp (PMDB-RO) afirmou ontem que a questão da mobilidade urbana precisa ser pensada coletivamente e com determinação. O senador lembrou que, nas duas últimas décadas, houve um aumento de 74% no número de domicílios que possuem carro e os esforços feitos pelo poder público não têm conseguido superar a velocidade com que novos automóveis começam a circular nas cidades brasileiras.

— Acho muito bom que o brasileiro possa ter o seu automóvel, mas poderíamos conciliar também com a bicicleta — defendeu.

Entre as medidas que devem ser tomadas para incentivar a substituição, Raupp apontou o investimento na educação dos motoristas, na expansão das ciclovias e na integração delas com os terminais de outros meios de transporte.



Relatores, Randolfe e Jarbas fizeram ressalvas aos pedidos de prisão da Organização Internacional de Polícia Criminal



Waldemir Borralho em uma reunião.

Vai a sanção projeto que acelera as extradições

Regras para prisão cautelar com fins de extradição foram adequadas à Constituição e decisão final caberá ao STF. Senadores destacaram importância do projeto frente aos eventos que o Brasil sediará

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado (PLS 126/2008) que prevê novas regras para prisão cautelar com fins de extradição. De iniciativa da CPI da Pedofilia, a proposta, que agora vai à sanção presidencial, atualiza o Estatuto do Estrangeiro para estabelecer que o Supremo Tribunal Federal (STF) seja o órgão judicial competente para decretar a prisão preventiva do extraditando.

Os objetivos são adequar à Constituição de 1988 a prisão cautelar em caso de extradição e tornar a medida mais célere e efetiva. A lei vigente (Lei 6.815/1980) atribui ao ministro da Justiça competência para ordenar a prisão do extraditando, o que está em desacordo com

a Constituição, segundo a qual ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem judicial.

De acordo com o texto aprovado, o Ministério da Justiça continua com a prerrogativa de examinar os pedidos e até de arquivá-los, quando não atenderem a pressupostos legais como descrições completas sobre local, data, natureza e circunstâncias do fato criminoso. Mas a decisão final, após o encaminhamento dado pelo ministério, será do STF.

Durante discussão da proposta na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), vários parlamentares apontaram a urgência de o Congresso aprovar a medida, já que o Brasil receberá muitos estrangeiros durante a Copa do Mundo de

2014 e as Olimpíadas de 2016.

Outra possibilidade prevista no projeto é que os pedidos de prisão cautelar sejam apresentados ao Ministério da Justiça pela Organização Internacional de Polícia Criminal (Interpol). Isso levaria a uma maior rapidez nos procedimentos.

No entanto, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), relatores da proposta na CCJ e na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), respectivamente, ressaltaram que o pedido da Interpol não pode ser considerado um mandado de prisão — inclusive porque lhe faltaria “segurança jurídica suficiente” —, devendo ser avaliado pelo Ministério da Justiça e encaminhado ao Supremo Tribunal Federal.

Greenwald sugere que Brasil proteja Snowden

Em audiência na CPI da Espionagem, ontem, o jornalista americano Glenn Greenwald sugeriu que o Brasil dê proteção a Edward Snowden, o ex-colaborador da NSA (a agência americana de segurança nacional) que revelou os programas secretos do governo dos EUA de interceptação de dados eletrônicos e telefônicos em todo o mundo. As revelações ganharam o mundo em reportagens feitas por Greenwald. Snowden, acusado de traição pelo governo americano, está asilado na Rússia.

De acordo com Greenwald, o Brasil poderia ter acesso a mais informações ao oferecer proteção a Snowden:

— Ele tem asilo por só um

ano. Dentro da Rússia, ele tem limites muito fortes que o governo impõe. E também tem um risco muito forte de que um dia os Estados Unidos o peguem e, depois disso, ninguém fale com ele de novo. Nessa situação, todo o conhecimento que ele tem nunca vai ser divulgado para ninguém. Tem muitos governos falando “estamos gratos”, mas não estão protegendo a pessoa que divulgou isso e pode divulgar mais.

Greenwald continuou:

— Seu governo [o governo brasileiro] é um governo sério ao defender a privacidade e a liberdade de imprensa, mas precisa proteger pessoas que estão fazendo isso, começando com a pessoa que deu início a

tudo, Edward Snowden.

O objetivo da CPI da Espionagem é averiguar a capacidade do Brasil de proteger o sistema nacional de telecomunicações contra espionagens externas e acompanhar o andamento das investigações oficiais sobre a espionagem americana.

Greenwald, que vive no Rio, é colunista do jornal britânico *The Guardian* e publicou reportagens no jornal *O Globo*, na revista *Época* e no programa *Fantástico* revelando que o governo americano espionou a presidente Dilma Rousseff, assessores próximos e a Petrobras. Ele também divulgou informações sobre espionagem canadense no Ministério de Minas e Energia.

— O motivo é obter vantagens econômicas, industriais. Não é o combate ao terrorismo, a segurança nacional, o combate a outros crimes como a pedofilia. É aumentar o poder dos EUA e dar vantagem econômica — afirmou o jornalista.

Ele informou que Snowden lhe deu “muitos documentos, muito complexos” há quatro meses, nos quais está trabalhando desde então e divulgando à medida que descobre fatos importantes, como as espionagens no Brasil e no México. Atualmente, trabalha com jornalistas da França e da Espanha sobre espionagens americanas nesses países.

O companheiro de Greenwald, o brasileiro David Miranda, também participou da audiência. Ele fez um relato de sua detenção no Aeroporto de Heathrow, em Londres, em agosto. Policiais apreenderam aparelhos eletrônicos, como computador, celular e pen drive, que não foram devolvidos.

— Foi uma mensagem a Glenn, queriam intimidá-lo — disse Miranda.

A CPI entrará em contato com os advogados de Snowden para tentar uma teleconferência com ele.

Anibal manifesta repúdio à espionagem por canadenses

Em discurso no Plenário ontem, Anibal Diniz (PT-AC) manifestou repúdio às espionagens realizadas pelo governo do Canadá no Brasil. Conforme reportagem exibida pelo programa *Fantástico*, da TV Globo, no último domingo, a Agência Canadense de Segurança em Comunicação teria monitorado telefonemas e e-mails do Ministério de Minas e Energia.

Anibal disse que já foram cobradas explicações do governo canadense e da embaixada do Canadá no Brasil. O senador lembrou que, há pouco tempo, os Estados Unidos também foram denunciados de prática de espionagem que teria, inclusive, atingido a presidente Dilma Rousseff.



Anibal protesta contra mais um relato de espionagem ao Brasil



Greenwald fala à CPI da Espionagem, ao lado do companheiro dele, Miranda, e dos senadores Vanessa e Ferraz